REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 3
REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO NITERÓI
ANO 2- JAN/JUN DE 2006
ISSN 1980-9018

Notas Sobre o Cariri do Início do Século XX

Notes about "Cariri" in beginning of Twenty Century

O Autor

Cláudio Ubiratan Gonçalves
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe

"Vieram de muito longe bem depois do nosso mar, amarraram
suas velas nos deram caraminguás, aprenderam nossa língua
pra depois nos enganar, nos batizaram com medo queimaram nosso altar.
Cadê meus companheiros, minha tribo minha raiz?
Errantes, caiporas nossos índios Cariris".
(CD Matingueiros, 2004)

Iniciando os Termos da Questão

Os limites temporais deste trabalho abrangem datas e acontecimentos relevantes na história nacional. No rol de acontecimentos que marcaram a fase transitória império - república escolhemos o Cariri Cearense por ilustrar singularidades produzidas num momento de centralização das ações políticas do Estado. A organização política local coincide com as demonstrações de poder nas esferas decisórias tanto em escala regional, estadual e por vezes nacional.

Por outro lado, a virada do século trouxe novo leque de expectativas influenciando inúmeros acontecimentos políticos e sociais que deixaram profundos impactos na população e na paisagem sertaneja.

Tanto o projeto político do Juazeiro que se tornou real, quanto o projeto do Caldeirão que naufragou devido à repressão militar, possuíam perspectivas messiânicas, no sentido de implantar na terra um modelo de sociedade pleno de felicidade espiritual e material. A diferença entre ambos é marcada pela possível ameaça de quebra da unidade territorial que a comunidade do Caldeirão representou num contexto de uma incipiente e frágil república federativa.

Neste sentido, pretendemos levantar algumas questões históricas do ambiente caririense, bem como retratar a ocupação espacial com o estabelecimento de uma nova ética nas relações de trabalho. Finalmente, é preciso perpassar os fenômenos messiânicos e trazer elementos geográficos relevantes na articulação com o processo de modernização da região.

O Ambiente Caririense

No Nordeste seco do Brasil, província fitogeográfica das caatingas, dominam temperaturas médias anuais muito elevadas e constantes (Ab' Sáber, 1999).

Neste aspecto, contrastando com a escassez do semi-árido de uma forma geral, focalizaremos dois municípios: Crato e Juazeiro do Norte por considerá-los fundamentais na chave explicativa da formação sócio-politica

Resumo

A partir de uma leitura geográfica sobre os fenômenos políticos ocorridos nas primeiras décadas do século XX, no sul cearense identificamos a presença de dois tipos de organização e ocupação do espaço agrário. O primeiro, diretamente vinculado ao Padre Cícero que implementou uma organização social fundamentada na pequena propriedade individual da terra (Padrão Juazeiro). O segundo tipo é retratado com base nas formas de organização da auto-suficiência sócio-religiosa do povoado de Caldeirão, conduzido pelo Beato Zé Lourenço. No Caldeirão a questão fundamental é o uso coletivo da propriedade de terra (Padrão Caldeirão). A diferença fulcral entre os dois padrões reside no fato de que o segundo não vingou. Foi fortemente sufocado pelo poder central do Estado que então surgia preocupado em isolar e extinguir as manifestações que ameaçassem a unidade territorial da recém-criada república.

do Vale Caririense.

Esta área localizada no extremo sul do Estado do Ceará no Nordeste Central do Brasil pode ser considerada singular sob dois aspectos geográficos: o primeiro de ordem ambiental, pois ocorre uma presença significativa de recursos naturais como a FLONA-Araripe [2] e fontes perenes de água; o segundo fator é de ordem geoestratégica, pois o Cariri localiza-se em zona limítrofe entre os estados da Paraíba, Piauí e Pernambuco. Neste ponto ocorre uma coincidência de fronteiras destacando-se a étnica por abrigar num passado recente [3] os limites da organização social do povo Kariri. A fronteira física que segue os contornos topográficos que dão forma ao ambiente úmido no meio do peneplano semi-árido favorecendo as práticas agrícolas. E por fim temos a fronteira política, ou seja, aquele limite imaginário construído pelo Estado para organizar a máquina administrativa e arrecadadora de impostos.
A formação geomorfológica da Chapada do Araripe é conhecida por abrigar as diversas fontes do sistema hídrico que alimenta o rio Jaguaribe, principal artéria hídrica do Estado do Ceará. Por outro lado, a área fronteiriça que envolve os centros comerciais dos municípios de Crato e Juazeiro do Norte, extrapola o limite territorial do Estado polarizando economicamente outras áreas através da circulação de produtos amparados pela malha viária existente, destacando-se a BR-116 que liga a região a capital do estado e ao sul do país.

A construção da identidade sócio-territorial está relacionada aos atributos simbólicos que a paisagem do Cariri apresenta, bem próxima à paisagem da zona da mata litorânea, seja no aspecto florestal ou das rugosidades e latências do espaço canavieiro.
O contraste é determinado pela topografia, devido à presença de serra, pois o Cariri fica ao pé da Chapada do Araripe, na vertente cearense, e as serras frescas localizam-se sobre porções mais altas e mais expostas aos ventos úmidos, como ocorre com a de Triunfo [PE]; é determinado também pela atividade agrícola que aí substitui a pecuária típica do Sertão. Essas "manchas úmidas", determinadas ora pelas condições climáticas, ora pela estrutura geológica, constituem oásis no meio do peneplano semi-árido (Andrade, 1998).

Ocupação do território e (des)construção social da ética capitalista

Quando associamos a ocupação e uso do território de uma porção do sertão com a construção social da ética, queremos dizer que o colonizador que adentrou os sertões traziam consigo uma nova lógica de produção e ocupação espacial. As mudanças tornaram-se perceptíveis na ordem e significação de valores introduzidos com as relações de trabalho assalariado e as novas práticas e manejos agrícolas.
De um modo geral, as duas principais correntes de povoamento geradas pela expansão da economia do gado no norte da Colônia foram a proveniente da Bahia, que acompanhando o curso do São Francisco e do Itapicuru colonizou o que Capistrano de Abreu chamou de o "sertão de dentro", e a outra que, partindo de Pernambuco, ocupou os "sertões de fora", isto é, as regiões mais próximas do litoral, até atingir o Ceará. Assim, o sertão baiano, ou "interior", compreendia toda a região que ocupa o atual território do estado, incluída a margem ocidental do São Francisco, mais o interior do Piauí e o "território dos Pastos Bons", região do alto Itapicuru e rio das Balsas até Tocantins. O sertão "exterior", ou pernambucano, era mais próximo ao litoral. A corrente de povoamento, inicialmente acompanhando a linha costeira num território semi-árido que impossibilitava o plantio mesmo da cana e se estendia da Paraíba ao Ceará,

Palavras-Chave
Cariri Cearense. Espaço Agrário. Caldeirão. Modernização. Ética

Abstract
Using a geographical reading of political phenomenons occurred during the beginning of the XX century in the south of state of Ceará, Brazil, we identify 2 types of organization and occupation of agrarian space. The first one, is related to Cícero priest that implemented a social organization based on small individual land propriety (Juazeiro standard). The second one is treated by the auto-sufficient forms of social organization of the Caldeirão Village, led by blessed Zé Lourenço. The central point in Caldeirão was the coletivization of the propriety (Caldeirão standard). Both differ by the fact that the second on did not continue. It was suffocated by the central power of the State that at that time emerged with focus on isolate and extinguish manifestations that threaten the territorial unity of recent republic.

Keywords
Cariri Ceará State. Agrarian Space. Caldeirão. Modernization. Ethics

passando pelo Rio Grande, acabou se encontrando com as correntes baianas, à medida que se interiorizava, particularmente pela bacia do rio Jaguaribe (Puntoni, 2002).

Desse modo, o processo de ocupação e anexação da Capitania do Ceará ao projeto colonial português só se efetivou no final do século XVII e início do XVIII, após mais de 150 anos de conquista do litoral pernambucano, em grande parte devido à resistência dos povos nativos (Pinheiro, 2002).

Neste sentido, transposta a resistência dos povos nativos, destacamos outros fatores que despertaram o interesse dos colonizadores pelos sertões. O espaço do interior foi durante um longo período objeto de desinteresse do projeto colonial devido seu distanciamento com a costa litorânea. Primeiro foram os minerais preciosos que alimentaram os interesses econômicos e a corrida de aventureiros, responsáveis pela formação dos primeiros núcleos urbanos como o de Missão Velha, no Vale Caririense. Mas somente com a expansão açucareira disputando áreas com a pecuária é que cresce o interesse pelas terras dos sertões. A frente de expansão do povoamento aberto pela pecuária coincide com o momento que ocorreu o maior número de doações de Carta de Sesmaria, o período se estende de 1679 - 1725 [4] , quando foi consolidada a ocupação da Capitania.
Outro momento fundamental no estabelecimento da nova ética foi o final do século XVIII e início do XIX, onde o algodão foi o principal responsável pelo desenvolvimento econômico atraindo uma quantidade significativa de população para o Cariri e o Ceará.
Ao examinarmos o período (1780/1820) na perspectiva da questão agrária, percebemos exacerbação no uso poder dos proprietários de terra. A pecuária era uma atividade que exigia força de trabalho reduzida. No entanto, a produção algodoeira requeria a incorporação de mais força de trabalho e como os proprietários cearenses não tinham possibilidade de adquirir mais escravos tiveram de recorrer à população pobre/livre. Para submetê-la, utilizaram dois mecanismos: a violência, para obrigá-los ao trabalho regular e disciplinado; e o estabelecimento de regras para ceder terras aos trabalhadores, na medida em que já se configurava o monopólio da terra pelos grandes proprietários (Pinheiro, 2002).

Portanto, a ocupação territorial e o estabelecimento de novo valor ético para o Cariri devem ser entendidos também por dentro das estruturas escravocrata, coronelista e da Igreja Católica. Estas instituições ajuda-nos entender como todas as possibilidades do Brasil tornar-se livre a partir da região não vingaram. Apesar de não existir um projeto nacional concreto até início do século XX a idéia de integração nacional prevaleceu desde os primórdios da colonização.

Neste contexto queremos dar atenção ao papel institucional desempenhado pela Igreja Católica, seja através de seus missionários nos aldeamentos dos indígenas, num primeiro momento, ou por meio da influência exercida das lideranças como Pe. Ibiapina e Pe. Cícero, num segundo momento.
Dentre todos, Cícero Romão Batista, padre secular, primeiro pároco em Juazeiro filho natural do Crato, assumiu decisivo papel na construção de uma ética fundamentada no trabalho (artesanal e agrícola) e nas práticas religiosas do Catolicismo. De origem cabocla conhecia detalhadamente os costumes do lugar e diferentemente dos missionários estrangeiros (italianos e espanhóis) compreendia sua gente. Abraçou a Cruz de Cristo ordenando-se Padre ao mesmo tempo em que se inseriu nas decisões políticas locais propondo uma conduta moral da virtude cristã e o fim das guerras seculares cotidianizadas na vida caririense. Tinha como principal lema evangélico a oração e o trabalho inspirado na regra de S. Bento.

Por outro lado, as ações políticas do Pe. Cícero no povoado do Juazeiro tiveram fundamental importância. Seja nas negociações de paz dos conflitos armados como no pacto dos coronéis em 1911 [5], ou na acomodação de poder político e fragmentação territorial do Cariri que culminou com a emancipação política de Juazeiro em 1914. Apesar das desavenças e inúmeras mortes de emboscada, os chefes políticos da região seguiram os conselhos do padre que estabeleceu um conjunto de regras de conduta e normas de convivência.
Neste aspecto entendemos que o coronelismo é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (Leal, 1997).

Assim, é possível dizer que dentre seus milagres o Pe. Cícero foi o responsável direto ou indireto pela distribuição de terras para aquelas famílias que imigravam para os verdes vales do Cariri fugindo das secas e epidemias que assolavam os sertões distantes. Em busca do que fazer os retirantes que chegavam ao Juazeiro eram encaminhados para as propriedades rurais do Pe. Cícero ou de seus aliados e para as oficinas de trabalho no artesanato.
Podemos falar numa espécie de reforma agrária circunstancial, pois devido a influência e poder exercido pelo Padre sobre inúmeros senhores de terras e pelos boatos que corriam sobre sua santidade, aconteceram muitas doações de terras em seu nome. Nas grandes ou pequenas propriedades recebidas em forma de doação, o Pe. Cícero acomodou seu povo em retalhos de terras espalhados pelo Cariri, principalmente na Chapada do Araripe e na Serra de São Pedro, na divisa dos municípios de Juazeiro e Caririaçu [6].

Seguindo as trilhas de educadores como o Padre Mestre Ibiapina e do Beato Antonio Conselheiro, o Pe. Cícero, verdadeira liderança religiosa e política foi um dos principais pilares da construção de uma ética capitalista no Cariri Cearense.
Desse modo, o sacerdote, apontado como milagreiro, conseguiu ser, por um longo período, ditador de almas, chefe político local, vice-governador do Estado, deputado federal eleito que se recusou a assumir a cadeira para não abandonar seu aprisco, tornou-se grande proprietário territorial, contribuiu decisivamente para fomentar a agricultura do Cariri e fundou uma cidade que, poucos anos mais tarde, seria a segunda do Estado, depois da capital. Um coronel e verdadeiro agente modernizador de sua época (Facó, 1991).

Na verdade, concordamos em termos com o autor acima, visto que, é simplificador observar o Pe. Cícero como um típico coronel. Ao colocar-se como um mediador político local, entre as estruturas do poder público e do poder privado numa época em que a lei que prevalecia era a do senhor de terras, ele ampliou sua participação no cenário regional e estadual pleiteando a liderança na disputa do espaço político (Gonçalves, 2004).

Do Messianismo à Modernização: Processo de confronto ou complemento?

Segundo Barros (1988), além de outros fenômenos sociais, o milagre atribuído ao Pe. Cícero de transformar a hóstia em sangue na boca da beata Maria de Araújo, modificou o povoado do Juazeiro que se expande, incha, de forma espantosa. Os que chegam se situam de qualquer jeito, em latadas,

ranchos de palha, casas de taipa. Juazeiro tem o mesmo aspecto dos arruados de Canudos, que tanto impressionaram os observadores do sul: ruas sem alinhamento, ajuntamentos de pessoas descansando sob as árvores, doentes e mendigos pelas calçadas. As caravanas se apeiam deixando os animais espalhados pelas redondezas. O padre se desdobra para atender, com parcos recursos, os pedidos que lhe chegam, a hospedagem de padres de longínquas freguesias, os romeiros que se multiplicam querendo vê-lo, receber sua benção.

O aumento do fluxo populacional que se dirigia para os arredores do Juazeiro deu-se por diversos fatores dos quais destacamos fundamentalmente, as periódicas secas que ocorriam mais intensas (1888) e (1915) e os boatos sobre os milagres e santidade do clérigo que trazia gente de todo tipo e lugar.

Cangaceiros, beatos e beatas, artesãos, enfim agricultores expulsos de suas terras. Na maioria os desterritorializados eram oriundos da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Bahia. A diversidade populacional responsável neste momento pela formação de Juazeiro nos ajuda a compreender acerca da diversidade social e cultural que redesenhou a formação étnica do Cariri.
O fato é que a porção sul do Ceará passou a sinalizar com um divisor no tempo: antes e depois do Pe. Cícero. O abandono e esquecimento em que viviam os pequenos municípios fronteiriços do Ceará sofreu uma grande transformação em suas feições econômicas e territoriais. Graças ao sacerdote ocorreu uma visibilidade política nacional, e com isso, os acontecimentos do Cariri repercutiram na região Nordeste e em todo Brasil.

Simultâneo a toda manifestação de messianismo que cercava sua pessoa, o hábil político Cícero Romão passou a colocar em prática seus projetos para a região. Num misto de pietismo com carrancismo formou verdadeiras escolas de beatos e beatas.

Mas o Patriarca não se limitava a arrebanhar e a mobilizar os trabalhadores. Ele inculcava, também, no espírito desses camponeses os padrões de valores de uma economia baseada no trabalho assalariado. Ao cair da noite, pregava à multidão de trabalhadores que se reuniam diante de sua residência. Tais consagrações invariavelmente versavam sobre a honestidade, o trabalho duro e o respeito às autoridades eclesiásticas e civis, terminando com a injunção: "Quem tiver roubado, não roube mais; quem tiver matado, não mate mais; quem tiver sido desonesto, largue o mau caminho... Volte ao trabalho e reze o terço de Nossa Senhora todos os dias de madrugada e no pôr-do-sol" (Della Cava, 1977).
Através da religião o patriarca do Juazeiro trilhou os passos iniciais das regras que fundamentaria a construção da ética do trabalho, suporte da modernização que se processava de forma desigual no Brasil. Embora esta modernização idealizada fosse de inspiração conservadora, capitalista e paternalista, podemos afirmar que seu idealizador obteve êxito enquanto estava presente.

Nesse sentido, é possível falar em modelo de desenvolvimento da produção, ou seja, um modo de organização e produção do espaço geográfico que vai servir como uma referência às ações dos condutores políticos daquele exército de gente que se aglomerou no Cariri, um imenso reservatório de mão-de-obra, disposto a seguir os ensinamentos do padrinho.

Na interface entre o messianismo e a modernização o padre atuava, ora

sentando nos banquetes oferecidos pelos coronéis decadentes do Cariri, ora escutando os problemas e dando conselhos a sua gente em romaria.
Nesse momento, identificamos a presença de dois tipos de organização e ocupação do espaço agrário. O primeiro movimento, diretamente vinculado ao Padre Cícero que implementou uma organização social fundamentada na industria artesanal e na pequena propriedade individual da terra.

Quando o Padre Cícero chegou a Juazeiro, encontrou ali pequeno arraial com seis casas de telha, trinta choupanas, uma capelinha. Ao morrer, deixava uma cidade desenvolvida e complexa, com cerca de quarenta mil habitantes, servida pela Rede de Viação Cearense, contando dez mil prédios de tijolos, taipa e telhas. Cidade em que, no interior do Nordeste, mais se desenvolvera o artesanato, apresentava sapatarias, teares para redes, fábricas de sinos e de relógios para torres, oficinas de mecânico, surraria com produção constante de vaquetas e camurças, fábricas de beneficiar algodão, de artefatos de palha, de carnaúba, de impermeáveis de borracha, de artefatos de algodão e de seda, de facões, de espingardas de caça, etc. Tinha dois estabelecimentos de crédito, o Banco do Juazeiro e a Cooperativa Agrícola Juazeirense (Queiroz, 1965).

Tal modelo de desenvolvimento da produção traz no seu bojo uma recomendação de ocupação humana na Chapada do Araripe e Serra de São Pedro orientada no disciplinamento e na organização do trabalho fundamentados na unidade de produção camponesa e de insumos básicos.
Muitos dos que chegavam nas terras da mãe de Deus foram encaminhados pelo Patriarca para os campos devolutos do Cariri, particularmente para a serra do Araripe e de São Pedro, com a recomendação de que "aforassem, arrendassem e comprassem aquelas terras e ali vivessem sob sua proteção espiritual". Data de então o retalhamento de muitas das grandes propriedades, cujas parcelas os recém-chegados iam adquirindo, de tal forma que mais tarde parecia ter sido executado ali um plano de reforma agrária, tal era o sistema de ocupação coletiva da Chapada (Queiroz, 1965).

Nesta perspectiva de gênese e desenvolvimento capitalista regional, o Pe. Cícero, principal agente inovador, introduziu uma nova concepção agrícola, o da monocultura extensiva, em substituição as pequenas roças dos romeiros; aconselhava os roceiros a fazerem, de preferência, a cultura de um produto, conservando a policultura apenas para o sustento. Incrementou com a criação de multirões, introdução do cultivo da maniçoba e manejo do gado zebuíno.

Denominaremos este, de padrão de desenvolvimento Juazeiro. Tal tipo de organização e ocupação do espaço agrário foi a principal fonte de desenvolvimento econômico da época. Num momento marcado pela fragmentação territorial do Cariri, as inúmeras disputas dos grupos políticos reinantes necessitavam de um mediador que encontrasse um meio termo aos conflitos e guerras locais. As disputas se faziam também por um padrão de desenvolvimento, e neste contexto outras formas de organização sócio-politica que ameaçassem este modelo deveriam ser eliminadas.
Com o falecimento do carismático Pe. Cícero, no ano de 1934, a população perdeu não só um conselheiro espiritual como um guia e protetor político, e, tal fato dificultou a construção de outros referenciais que norteassem o modo de vida dos caririenses.

Um dos desdobramentos pós-morte do Pe. Cícero e que modificou profundamente os rumos da configuração territorial que vinha ocorrendo foi o massacre no sítio Caldeirão.

O beato Zé Lourenço considerado por muitos como seu sucessor, organizou

uma comunidade no alto da Chapada do Araripe, no lugarejo chamado Caldeirão, e lá instalou um evoluído núcleo de produção agrícola.

Os terrenos prontos para a lavoura, delimitados por cercas erguidas, no meio dos tabuleiros uma vegetação verde emoldurando um açude construído pelos processos mais simples e rudimentares. As roupas que vestiam os habitantes do Caldeirão eram confeccionadas com algodão plantado, tratado, colhido, tecido e tingido pelos próprios penitentes. A repartição dos frutos do trabalho da coletividade lembra uma espécie de comunidade primitiva (Facó, 1991).

Na visão do autor, o sítio do Caldeirão apresentava-se como uma ameaça premente aos grandes proprietários de terras devido ao modo singular de sua organização produtiva e pela grande quantidade de mão-de-obra que concentrava. Assim em 1937 as autoridades militares perseguiram e aniquilaram toda forma de ajuntamento de pessoas na região.

Veio o assalto das tropas militares, o bombardeio aéreo do local no alto da serra e seguiu-se a dispersão dos remanescentes, parte, em companhia de Lourenço, rumo a Pernambuco sobrevive, enquanto outro grupo sob influência de Severino Tavares vai radicar-se em Pau de Colher, no interior da Bahia resistindo em armas e sendo fuzilados (Facó, 1991).

Por seu turno o padrão Caldeirão trazia em seu bojo outro modelo de desenvolvimento que não se confrontava diretamente com o padrão Juazeiro.

O tipo de ocupação do espaço agrícola é retratado nas formas de organização do arraial de Caldeirão, conduzido pelo beato Zé Lourenço. Os habitantes do Caldeirão viviam da lavoura e de engenhocas onde processavam o algodão no fabrico de suas vestimentas, a cana-de-açúcar e a mandioca na produção de alimentos. No Caldeirão a questão capital é a coletivização da propriedade, o produto da lavoura era depositado em armazéns e distribuído de acordo com as necessidades de cada um. Este desenvolvimento expresso na forma de auto-suficiência denominado de padrão.

Caldeirão representou um perigo iminente aos grandes coronéis senhores de terras e a hierarquia da igreja católica. Mesmo o beato Lourenço tendo sofrido influências do disciplinamento e dos conselhos morais difundidos pelo Padre Cícero, não ficou imune a estrutura agrária arcaica e conservadora de princípios do século XX.

A comunidade do Caldeirão foi uma derivação do Juazeiro, assim como a comunidade de Juazeiro derivou de Crato. A diferença no êxito de Juazeiro em detrimento do Caldeirão está no fato que o segundo ameaçou a unidade territorial do poder central. O Caldeirão teve seu fim decretado quando optou por não reproduzir o padrão fundiário convencional da unidade produtiva. Além da coletivização da propriedade a questão capital foi o Beato não negociar com as autoridades. Neste sentido sua ortodoxia impediu a criação de redes de proteção social eficazes para contrapor a repressão organizada que se formava diante do povoado de Caldeirão.
Além das formas de organização e ocupação dos padrões Juazeiro e Caldeirão, a diferença fulcral reside no fato de que o segundo modelo não vingou. Foi fortemente sufocado pelo poder central do Estado que reprimiu militarmente e então surgia preocupado em isolar e extinguir manifestações e fenômenos que ameaçassem a unidade territorial da recém-criada república.

Outro desdobramento que pode ser verificado a partir do vácuo deixado pelo projeto político do Pe. Cícero, diz respeito a ausência de uma liderança regional que conduzisse as disputas de poder e olhasse para dentro dos limites territoriais. Tal liderança política que considerasse as especificidades e diversidades do lugar resultou num prejuízo que se traduz em certo tipo de isolamento dos grandes centros de poder e decisão.

5. Considerações Finais

O período que compreende os últimos decênios do século XIX e princípios do século XX deixou profundas marcas nos limites do sul cearense. A construção e afirmação de um discurso regional do Cariri encontraram eco favorável nos eventos desdobrados em torno da figura influente do Pe. Cícero.

O surgimento de padrões de desenvolvimento diferenciados e o conseqüente sufocamento daquele que não atendia aos interesses e exigências das oligarquias locais, demonstram que os caminhos tortuosos da mudança regional passam pelos acordos dos detentores do poder.
Por fim, algumas questões são suscitadas e podem colaborar em nossa perspectiva analítica. Qual o sentido da unidade territorial neste período histórico de centralização política? A partir dos conflitos desdobrados no Caldeirão e no Juazeiro, que relação podemos estabelecer entre o jogo de escalas e os padrões de desenvolvimento agrícola?

6. Referências Bibliográficas

AB'Sáber, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. In Dossiê Nordeste seco. USP, Estudos avançados nº 36, vol. 13, São Paulo: 1999.

ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. A terra da mãe de Deus. Ed. Francisco Alves: INL, Rio de Janeiro: Brasília, 1988.

DELLA CAVA, R. Milagre em Juazeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e Fanáticos. Ed.Bertrand Brasil, 1991.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. História do Cariri Vol. IV. Crato-Ceará: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.

GONÇALVES, C. Ubiratan. A invenção da região do Cariri entre o messianismo e a ética capitalista. In: LIMA, Marinalva Vilar et al. Estudos Regionais: Limites e possibilidades. Crato-Ceará: NERE/Ed.Ceres, 2004.

_____. A localização como sentido de estratégia. Jornal do Cariri, Juazeiro do Norte/CE, n. 2105, vol.VII, 05/08/2004, Ed. Chapada do Araripe.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

PINHEIRO, Francisco José. Os povos nativos do Ceará (uma síntese possível) In:. Ceará de Corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a Terra da Luz. CHAVES, Gilmar. Relume Dumará, 2002.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros. São Paulo: Hucitec:Edusp:Fapesp, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Messianismo no Brasil e no Mundo. São Paulo: Ed. Dominus, 1965.

Notas

[1] Agradeço as observações críticas do Prof. orientador Dr. Jacob Binzstock e dos Profs. Dr. Ruy Moreira e Dr. Jorge Luiz Barbosa além da contribuição dos participantes da sessão de painéis do 5º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, realizado em Florianópolis em setembro de 2003.

[2] A Floresta Nacional do Araripe foi criada em 1946, no governo Dutra e possui 38.262 hectares, abrange parte dos municípios de Santana do Cariri, Crato, Barbalha, e Jardim.

[3] De acordo com Figueiredo Filho (1968:3) por volta de 1730 foi iniciada a catequese e aldeamento dos indígenas, após sangrentas batalhas entre nativos e colonizadores como a Confederação dos Cariris.

[4] Esta periodização é realizada por Francisco José Pinheiro, p.22, 2002.

[5] A respeito do célebre pacto político firmado pelos coronéis do Cariri sob a inspiração do Padre Cícero, consultar a obra de: MACEDO, Nertan. O padre e a beata. Rio de Janeiro: Ed. Cruzeiro, 1961.

[6] Sobre a forma e o modo de ocupação das terras do alto da Chapada do Araripe consultar o trabalho de: FIGUEIREDO, José Nilton de. A (Con)sagração da vida: Formação das comunidades de pequenos agricultores da Chapada do Araripe. Crato-Ceará: Ed. Província, 2002.